

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo quer que Petrobras volte a fornecer gás a usina dos Batista](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo quer que Petrobras volte a fornecer gás a usina dos Batista	2
Título: Lucro das estatais cresce 19,6% no 1º semestre, para R\$ 17,3 bi	4
Título: Jogo do Poder	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Statoil faz estreia global em energia solar com projeto de US\$ 215 mi	5
Título: GM testa elétrico Bolt no Brasil	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Engie prevê alta do endividamento após compra das usinas da Cemig.....	8
Título: ANP permite que Petrobras reduza compras no país para projeto de Libra.....	10
Título: Setor de petróleo abre espaço para alta produção e menor risco ambiental.....	11
Título: Engenheiros criam saídas reduzir lixo e gerar energia no litoral.....	14

VEÍCULO: Valor Econômico	15
Título: Instalação de energias renováveis cresce a um ritmo recorde	15
Título: Statoil entra em geração solar no Brasil	16
Título: STJ pode acabar com punição para crime de furto de energia	17
Título: ANP reduz conteúdo local para Petrobras em Libra	18
Título: Braskem vai destinar captação para dívida	20
Título: Curtas	21
Título: Uma outra eletrificação para a mobilidade	22

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Governo quer que Petrobras volte a fornecer gás a usina dos Batista

Decisão leva em conta baixo nível de reservatórios de hidrelétricas.

O governo federal quer que a Petrobras volte a fornecer gás para a termelétrica do grupo J&F, holding dos irmãos Joesley e Wesley Batista, em Cuiabá. O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), órgão que inclui o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), informou que vai enviar "correspondência à Petrobras solicitando gestão da empresa no sentido de viabilizar o fornecimento de combustível" a essa e mais três usinas.

A usina de Cuiabá pertence à Âmbar Energia, do grupo J&F. A Petrobras decidiu usar uma cláusula anticorrupção para extinguir o contrato de fornecimento de gás, em junho, após a divulgação da delação dos executivos da JBS.

O contrato entre a empresa e a Petrobras é um dos pontos da denúncia por corrupção apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer, barrada pela Câmara — a segunda acusação está em tramitação. Foi por causa desse negócio que Joesley disse que entregou uma mala com R\$ 500 mil ao ex-deputado Rodrigo Rocha Loures, em ação gravada pela Polícia Federal.

A UTE Cuiabá foi comprada pela J&F em 2015. A usina ficou anos parada por falta de fornecimento de gás. A J&F decidiu apelar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para forçar a Petrobras a vender o produto ao mesmo preço do gás boliviano para a usina. Sem sucesso, Joesley disse que pagou a propina a Rocha Loures para intervir em favor da empresa no Cade. O Cade nega qualquer intervenção.

O CMSE disse que vai pedir à Petrobras para voltar a fornecer gás em razão do baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas. Quando chove menos, é preciso acionar termelétricas para garantir o fornecimento de energia. Essas usinas têm preços mais altos. Por isso, está em vigor, neste mês, a bandeira tarifária vermelha no segundo patamar, o que significa cobrança extra de R\$ 3,40 a cada 100 kWh de energia consumidos.

Com a volta do fornecimento de gás, a usina deve se valorizar e poderia integrar a lista de ativos à venda da J&F.

FUNCEF VAI SAIR DA ELDORADO

O CMSE quer que a Petrobras volte a fornecer combustível para as térmicas Araucária (da Copel), Termo Fortaleza (da Endes) e Termonorte II (produtor independente). Todas estão paradas.

Em outro negócio relacionado aos irmãos Batista, a Funcef, fundo de pensão da Caixa Econômica Federal, informou ontem que vai exercer o direito de vender sua participação de 8,53% na Eldorado Brasil Celulose, num negócio estimado em R\$ 650 milhões, segundo a Reuters.

O grupo J&F acertou em setembro a venda do controle da Eldorado para a Paper Excellence por R\$ 15 bilhões. A Funcef e a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, tinham o direito de exercer a opção de venda num prazo de 30 dias.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Lucro das estatais cresce 19,6% no 1º semestre, para R\$ 17,3 bi**

Sem divulgar dados, governo diz que Correios e Infraero têm piores resultados

As empresas estatais federais lucraram, juntas, R\$ 17,3 bilhões no primeiro semestre deste ano, segundo dados do Ministério do Planejamento divulgados ontem — uma alta de

19,6% frente ao mesmo período de 2016, quando o ganho foi de R\$ 14,5 bilhões. Entre as estatais, porém, quem está em pior situação são Correios e Infraero, disse o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, Fernando Soares: — É preciso adequar os Correios, que passam por prejuízos sucessivos. Mas adequar não é acabar com os Correios.

Apesar de apontar Correios e Infraero como os piores resultados, o Ministério do Planejamento não divulgou os números dessas empresas. A pasta afirmou não ter o detalhamento por companhia. O governo preferiu divulgar o resultado por "estatais selecionadas, classificação que reúne as mais lucrativas: Petrobras, Eletrobras e bancos oficiais.

Além dos Correios, o governo busca alternativas para equacionar os resultados da Infraero, que acumula prejuízos desde o início das privatizações dos aeroportos. Segundo Soares, está em estudo a formação de uma parceria entre a estatal e o setor privado para administrar aeroportos como os de Manaus e Curitiba: — Existem aeroportos muito bons no portfólio da Infraero que, trabalhados conjuntamente com o setor privado, podem gerar mais resultado e apoiar a reestruturação da empresa.

REPASSE DE DIVIDENDOS CRESCE

O Brasil tem 150 empresas públicas federais. São estatais controladas direta e indiretamente pela União, sendo 18 delas totalmente dependentes de recursos do Tesouro Nacional. Os principais resultados são da Petrobras e dos bancos. Sozinha, a petroleira lucrou R\$ 5,1 bilhões no semestre passado. O Banco do Brasil teve ganho de R\$ 5 bilhões, e a Caixa, de R\$ 4 bilhões. Soares atribuiu o desempenho à realização de Programas de Demissão Voluntária (PDVs), reajustes salariais abaixo da inflação e a estratégia de venda de ativos por parte de Petrobras e Eletrobras. Em comparação com o ano passado, o quadro de pessoal efetivo das empresas foi reduzido em 16.701 pessoas.

O melhor desempenho elevou o pagamento de dividendos ao Tesouro, o que ajuda a reforçar a arrecadação. No primeiro semestre, foram R\$ 5,1 bilhões, contra R\$ 3,7 bilhões em 2016. O endividamento das estatais chegou a R\$ 428 bilhões neste ano, puxado por Petrobras e Eletrobras. Com uma reestruturação em curso, que inclui venda de ativos, a Petrobras deve, sozinha, R\$ 375,8 bilhões (R\$ 299,7 bilhões no exterior). Em processo de privatização, a Eletrobras tem uma dívida de R\$ 45,8 bilhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Lydia Medeiros

Título: Jogo do Poder

Cargos radioativos

Além das Indústrias Nucleares do Brasil, outra estatal do setor é alvo de assédio político, a Nuclep. Barrado em maio pela Justiça, o pedido de nomeação de Siciliano Francisco, ligado ao deputado Alexandre Valle (PR-RJ), para presidente da estatal foi reapresentado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. A decisão judicial, de maio, baseou-se em trabalho da comissão interna de elegibilidade, que encontrou 33 motivos, como dívidas trabalhistas, para pôr em dúvida um dos requisitos para a nomeação, a reputação ilibada. O colegiado também vai analisar o nome de Luzenildes Santana de Almeida para a diretoria administrativa. O padrinho é o deputado Julio Lopes (PP-RJ).

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Statoil faz estreia global em energia solar com projeto de US\$ 215 mi

Estratégia. Em parceria com a também norueguesa Scatec Solar, petroleira terá parque de 162 megawatts no Ceará, energia suficiente para abastecer 160 mil residências; assim como outras rivais, empresa aposta em fontes mais limpas para diversificar negócios

A norueguesa Statoil escolheu o Brasil para estreiar na geração de energia solar, o que fará em parceria com a também norueguesa Scatec Solar. Com objetivo de olhar oportunidades de geração de energia solar em grande escala no País, o acordo foi anunciado ontem e começa com um projeto de US\$ 215 milhões no Ceará, de 162 megawatts (MW), energia suficiente para abastecer 160 mil residências.

Como outras petroleiras, a Statoil vem diversificando a geração de energia com fontes mais limpas e já possui empreendimentos de energia eólica offshore pelo mundo, suficiente para atender 1 milhão de casas.

De acordo com a porta-voz da Statoil no projeto brasileiro, Elin Isaksen, a empresa já investiu US\$ 2,5 bilhões em energia renovável, principalmente no setor eólico, "um começo natural para nós, que temos 40 anos de experiência no segmento offshore", afirmou Elin, em entrevista por e-mail. A executiva vê a energia renovável como um complemento do portfólio de petróleo e gás da companhia.

O primeiro empreendimento solar da joint venture já estava na carteira da nova parceira: 80% da usina solar Apodi, adquirida pela Scatec no ano passado e cuja construção começou ontem. Na próxima semana as empresas vão divulgar o nome do banco que financiará 65% do projeto. Os outros 35% ficarão por conta dos sócios, sendo US\$ 30 milhões de responsabilidade da Statoil.

Eólica. Sexta produtora de petróleo no Brasil, e segunda maior operadora (responsável pela produção), a Statoil quer avaliar oportunidades também de energia eólica, mas não confirmou se irá participar dos leilões de energia programados para o fim do ano no Brasil. "Nossa prioridade é desenvolver e construir o projeto Apodi de forma segura".

Para o presidente da Scatec Solar no Brasil, Marcelo Taulois, a parceria pode crescer muito no País, considerado pelas empresas um ambiente regulado e com grande potencial de crescimento.

"Foi o casamento perfeito", explicou o presidente da Scatec Solar no Brasil, Marcelo Taulois. "A Statoil traz a experiência local, a capacidade de financiamento, e a gente traz o "know how", engenharia e execução", comemora Taulois.

O executivo afirma ainda que o Brasil entrou no radar de empresas como a Scatec pela agenda positiva de desenvolvimento de energia solar. A parceria com a Statoil, prevê, será de longo prazo. "Vamos olhar projetos maiores e tem muita oportunidade de desenvolvimento no Brasil. (O investimento) vai depender dos projetos, mas agente tem um apetite grande", afirmou.

Leilões. Taulois elogiou o sistema de leilões de energia elétrica no Brasil e o potencial de crescimento da energia solar no País. Desde 2014, quando foi realizado o primeiro leilão de energia solar no Brasil, projetos de cerca de 3 gigawatts (GW) foram adquiridos. Outros 7 GW deverão ser ofertados até 2024.

A geração, no entanto, ainda é tímida, correspondente a 0,23% do total ou 145 MW, de acordo com dados de ontem do Operador Nacional do Sistema (ONS). A

previsão do governo no entanto é que até 2030 a geração solar corresponda a 10% da matriz elétrica brasileira.

"A gente olha para o Brasil e compara com o mundo. Já trabalhamos em ambientes mais hostis. O Brasil é um país regulado, você sabe passo a passo o que vai acontecer, e a agenda de energia renovável do Brasil é um ambiente muito positivo."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva

Título: GM testa elétrico Bolt no Brasil

Empresa avalia venda local, mas preço é alto.

Na semana em que a General Motors anunciou em Detroit, nos Estados Unidos, que vai lançar globalmente pelo menos 20 carros elétricos nos próximos seis anos, a filial brasileira iniciou testes locais com o Bolt EV, compacto da marca movido a eletricidade.

A empresa vai realizar vários eventos para mostrar o modelo importado dos EUA, onde foi lançado em dezembro e vendeu, até o mês passado, 14,8 mil unidades. Ontem, o Bolt foi testado por jornalistas em Caçapava, interior de São Paulo.

"Vamos estudar os aspectos do mercado local e o interesse de pessoas físicas e empresas na compra desse tipo de produto", diz o vice-presidente da GM Mercosul, Marcos Munhoz.

"Precisamos verificar a viabilidade econômica do projeto e a infraestrutura, como postos de abastecimento, para a comercialização no Brasil."

A bateria do Bolt tem autonomia para rodar 383 km com uma carga completa, que está instalada no assoalho, sem interferir no espaço para os cinco ocupantes. Numa tomada caseira de 240 volts leva 9 horas para uma carga completa. Em postos de recarga rápida são três horas, mas em uma hora é possível recarregar 80% da bateria.

No mercado norte-americano o Bolt tem preço de US\$ 37,5 mil, mas, com incentivos governamentais ao consumidor sai por US\$ 30 mil (cerca de R\$ 96 mil). Em julho, um importador independente trouxe cinco modelos ao País a R\$ 289 mil cada um.

A GM não informa previsões de preço caso o modelo seja importado oficialmente no futuro. A maioria dos países onde carros elétricos são vendidos oferece subsídios. No Brasil, por enquanto, o governo isentou o Imposto de Importação, de 35%, e estuda reduzir o IPI, hoje de 25%, para cerca de 7%. O tema está em análise no programa Rota 2030, a nova política industrial do setor, que estava prevista para ser anunciada ontem mas ficou para o fim do mês.

Nos últimos meses, várias montadoras e países anunciaram metas para reduzir ou suspender a produção de carros com motores a combustão, a maioria até 2040.

No Brasil, o processo de mudança deve ser longo, principalmente em razão dos altos custos da tecnologia e pelo fato de o País utilizar etanol, menos poluente que gasolina e diesel principalmente quando se leva em conta toda a cadeia produtiva do combustível.

Já há alguns modelos elétricos e híbridos à venda no País, como o BMW i3, o Toyota Prius e o Ford Fusion. De janeiro a agosto foram vendidas 2.079 unidades, ante 1.091 em todo o ano passado./

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Engie prevê alta do endividamento após compra das usinas da Cemig

A Engie, companhia de energia que adquiriu duas das quatro hidrelétricas da Cemig leiloadas na semana passada por um total de R\$ 3,5 bilhões, se prepara para aumentar seu endividamento e trocar parte do seu parque de geração.

A companhia, hoje, tem dívidas que equivalem a menos de uma vez o seu Ebitda (ganhos antes de juros, impostos e depreciação), segundo o CEO da empresa no Brasil, Mauricio Bähr, que não vê risco jurídico na compra dos ativos da empresa mineira.

"O limite é duas vezes e meia o Ebitda, mas o número final deverá chegar a 1,5, no máximo duas vezes [o indicador], afirma.

Para pagar as usinas recém-arrematadas, Jaguará e Miranda, e trocar usinas cuja concessão se aproxima do fim ou que são poluentes, a empresa deve tomar empréstimos. O BNDES não financia mais outorgas.

"Talvez tenhamos um mix de debêntures e financiamento. Os bancos estão nos procurando, e já há oferta de cheque de mais de R\$ 1 bilhão." A companhia prefere recursos domésticos para evitar o descasamento cambial.

•
Bähr acredita que poderá antecipar o prazo de 180 dias para a transferência das usinas da Cemig — talvez para quatro meses. A concessão de algumas das usinas de seu portfólio atual vencerá em 2028. A empresa tem uma estratégia global de se desfazer de ativos que produzem energia a partir de carvão, e colocou à venda duas térmicas brasileiras (uma já operacional, outra em construção). Há ainda planos de negócios para energia solar distribuída, eólica e outros projetos que não são de geração.

A Engie está em fase de "due diligence" (avaliação de risco do ativo antes da compra) para adquirir uma empresa brasileira que instale pontos de carga de energia para carros elétricos.

A companhia começa a atuar com mais intensidade em iluminação, mobilidade urbana e em aeroportos — "já estamos em contato com novos concessionários."

RAIO-X

R\$ 7 BILHÕES

foi o faturamento da companhia no país em 2016

10,3 MIL MW

é a capacidade instalada nas 32 usinas da empresa no Brasil

3.000

são os funcionários

€ 33,1 BILHÕES

(R\$ 122 bilhões) foi o faturamento global da Engie no primeiro semestre

€ 919 MILHÕES

(R\$ 3,4 bi) foi o Ebitda na América Latina no período

*

*

Menos energia

A migração para o mercado livre de energia desacelerou 34% neste ano, aponta a CCEE (câmara de comercialização).

O principal motivo é a alta dos preços da energia, diz Paulo Toledo, presidente da Ecom. "Com o aumento nos últimos meses, principalmente devido ao tempo seco, é natural que as adesões caiam."

Ainda assim, o setor cresceu 28% até o mês de setembro — foram 1.147 adesões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** NICOLA PAMPLONA DO RIO**Título:** ANP permite que Petrobras reduza compras no país para projeto de Libra

Petrobras e seus sócios no projeto de Libra, no pré-sal, vão poder usar um número menor de componentes brasileiras em seu primeiro projeto na área.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) aceitou parcialmente pedido da estatal e seus sócios para reduzir o compromisso de compras no país para a primeira grande plataforma em Libra.

A contratação da unidade foi iniciada em 2015, mas não foi concluída ainda à espera de definição da ANP. A Petrobras alega que o projeto é inviável se tiver que respeitar o índice de nacionalização previsto em contrato, de 55%. A primeira licitação foi cancelada, segundo a empresa, por preços 40% superiores aos praticados no mercado internacional.

A segunda tentativa, iniciada em 2016, já incluindo a possibilidade de redução do índice, foi suspensa por liminar obtida pelo Sinaval (Sindicato das Empresas de Construção e Reparo Naval).

A Petrobras tem como sócios em Libra a Shell, a Total e as chinesas CNOOC e CNPC. Segundo a estatal, um projeto demanda em torno de US\$ 5,5 bilhões em investimentos, incluindo a plataforma, poços e equipamentos submarinos. A plataforma terá capacidade para produzir 180 mil barris por dia.

Na decisão sobre o tema, divulgada nesta quarta (4), a ANP defere parcialmente o pedido do consórcio, negando a redução dos índices para sete itens, como sistemas de ancoragem e filtros; reduzindo os percentuais para outros 14; e isentando de conteúdo local nove itens, como o casco e turbina a gás.

DECISÃO

O vice-presidente do Sinaval, Sergio Bacci, disse que a decisão representa um avanço para a indústria, por manter índices de nacionalização, mas é ruim para os estaleiros, já que permite a compra do casco no exterior.

"O principal negócio de um estaleiro é construir casco", criticou, alegando que a indústria naval brasileira tem condições de realizar a obra no país.

A decisão será submetida a Justiça, que definirá se mantém ou não a liminar obtida pelo Sinaval. Na segunda licitação, o menor preço para a construção da plataforma foi apresentado pela japonesa Modec.

Libra foi a primeira área do pré-sal licitada pelo regime de partilha da produção, no qual o governo participa do consórcio por meio da PPSA (Pré-Sal Petróleo SA). É a maior descoberta de petróleo do país, com reservas estimadas entre 8 e 12 bilhões de barris.

Procurada, a Petrobras disse que está avaliando a decisão. A Folha apurou, porém, que a empresa considera que o projeto poderá ser desenvolvido com novas condições.

Além de Libra, já pediu isenção do compromisso de conteúdo local para a plataforma de Sépia, também no pré-sal. O governo estuda alterar contratos assinados desde 2005 para reduzir os índices, sob o argumento de que vai destravar investimentos.

Compartilhar

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: ANNA RANGEL DE SÃO PAULO

Título: Setor de petróleo abre espaço para alta produção e menor risco ambiental

Projetos que elevem a produção e que envolvam iniciativas sustentáveis tornaram-se prioridade da indústria do petróleo na hora de selecionar empresas parceiras.

De acordo com uma pesquisa feita em 2016 pelo IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), as principais razões das empresas do setor para investir em inovação são melhora de eficiência operacional (44%), redução de custos (41%) e de impacto ambiental (33%). O levantamento ouviu 450 profissionais da área.

Há um caminho para os empreendedores, em geral ligados a universidades, estreitarem o contato com a indústria: a "cláusula do 1%", exigência da ANP (Agência Nacional do Petróleo). A norma prevê que 1% da receita bruta gerada em campos de grande rentabilidade ou produção seja investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

A Ativatec, da área de robótica submarina, recebeu aporte da Petrobras para desenvolver um robô capaz de chegar a águas profundas. Seu trabalho é

mapear eventuais falhas nas plataformas e em outras ferramentas. As informações são compartilhadas em tempo real.

"Queremos ser fornecedores dessas grandes companhias, mas há dificuldade em conseguir capital já que o risco é alto e o retorno, demorado", afirma o sócio da Ativatec Rodrigo Ferreira, 44.

O investimento, de R\$ 5 milhões, também foi financiado por agências como a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e a Faperj (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro).

Criar formas mais seguras de trabalhar em águas profundas é um dos principais desafios brasileiros no setor de petróleo. É de lá que sai boa parte do óleo produzido no país, segundo Márcia Gorny, doutora em engenharia e coordenadora do curso de engenharia ambiental das Faculdades Oswaldo Cruz. "Além dos estudos de impacto ambiental, é preciso controlar bem os riscos não apenas dos navios cargueiros que transportam o produto, mas a perfuração e a extração, para que não haja fissura ou vazamento", diz Gorny.

Para Arthur Braga, doutor pela Universidade Stanford, nos EUA, e coordenador do curso de engenharia de petróleo da PUC-Rio, a demanda por formas de mitigar riscos de acidentes permitiu soluções mais sustentáveis.

"Não se criam produtos só por isso, mas as operadoras de petróleo não injetam recursos sem que haja forte aderência às leis ambientais."

Desde 1998, foram investidos R\$ 12,5 bilhões. Em 2016, isso representou R\$ 861,9 milhões em recursos, segundo dados da agência regulatória.

Parte desses recursos pode ser investida em pequenas empresas brasileiras do setor, segundo Décio Oddone, diretor-geral da ANP. "Nossa meta é aumentar o número e o grau de especialização desses fornecedores brasileiros. Queremos que elas absorvam boa parte da demanda local."

Outra organização que aposta no setor é a Vortex Mundus, da oceanógrafa Fernanda Achete, 31. Eles oferecem um sistema de modelagem físico-matemática para estudar ondas e correntes oceânicas já mapeadas.

A ideia é conseguir prever, em caso de desastre ambiental, a trajetória do óleo vazado e já iniciar um plano de contingência, por exemplo.

O projeto começou durante sua tese de doutorado, que rendeu um convite do governo americano para investigar os impactos ambientais na baía de San Francisco.

Hoje, os EUA são seu maior cliente, mas a Vortex já mira o mercado brasileiro. "Quando houve o rompimento da barragem em Mariana (MG), teria sido possível investigar a velocidade dos detritos rumo ao oceano para controlá-los e evacuar a população", afirma Achete.

No mercado de petróleo, os modelos da Vortex ajudam, por exemplo, a identificar mares revoltos que dificultam a chegada de navios para instalar plataformas oceânicas.

Para José Firmo, presidente da Abespetro (Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo), o grau de excelência das empresas brasileiras vem aumentando.

"Já temos ótimas referências de conteúdo local na parte oceânica, com capacidade de competir também no exterior", diz Firmo.

FLEXIBILIZAÇÃO

Na opinião de 9 em cada 10 entrevistados na pesquisa promovida pelo IBP, a "cláusula do 1%" poderia ser mais flexível e prever menores investimentos quando há queda no preço internacional do barril de petróleo.

Em 2008, pouco antes da crise econômica e após a descoberta do pré-sal, no ano anterior, o preço do barril tipo Brent chegou a US\$ 143 (R\$ 450). Hoje, patina na casa dos US\$ 55 (R\$ 173).

"A flexibilização pode ser interessante para não enforçar a empresa quando o preço cai, mas vejo forte expansão na produção nos próximos anos, sobretudo na baía de Santos, e isso levará a novos aportes", afirma José Firmo, da Abespetro.

Esse aumento deve dar um novo gás até ao número de patentes brasileiras, ainda considerado baixo segundo Jorge Guimarães, presidente da Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), que auxilia o contato entre pesquisadores e grandes empresas.

Em 2012, quando saiu o último levantamento do Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), foram feitos 69 pedidos de patentes em tecnologia de ambiente, em todos os setores econômicos.

*

33%

dos profissionais do setor de petróleo ouvidos pelo IBP dizem que impacto ambiental é uma das principais razões para investir em inovação

69

Pedidos de patentes em tecnologia ambiental foram feitos em 2016

R\$ 5 milhões

Foi o quanto a Ativatec investiu para desenvolver robôs que atuam no mar profundo

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NADIA PONTES COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Título: Engenheiros criam saídas reduzir lixo e gerar energia no litoral

Eles não estavam satisfeitos com o estereótipo: engenheiros são, para muitos, caricaturas da frieza. Mas a engenharia pode também buscar soluções para desafios sociais e ambientais em comunidades marginalizadas.

Assim pensam os membros do EsF (Engenheiros Sem Fronteiras), criado na França nos anos 1980. A entidade, que atua em 64 países, chegou ao Brasil em 2010.

Desde então, implementou mais de 60 núcleos. Alguns deles são particularmente ativos em soluções para comunidades do litoral, como Joinville (SC), Niterói (RJ) e Natal (RN).

Localizada numa área de manguezal da cidade catarinense, a escola Professor Aluízus Sehnem, por exemplo, tinha problemas na gestão do lixo orgânico, que era destinado a uma composteira com eficiência limitada.

Nada que voluntários das engenharias agrônômica e ambiental não resolvessem: em 2016, construíram uma nova composteira com bambu e ajudaram a otimizar a destinação dos resíduos.

Os 300 quilos mensais de lixo orgânico, que iam para um aterro sanitário, agora podem ser transformados em adubo para a horta da escola.

Na periferia da mesma cidade, voluntários do EsF notaram que a escola Júlio Machado da Luz não tinha bons índices de eficiência energética. Solução: a instalação de 20 placas fotovoltaicas.

"Hoje, a escola produz energia suficiente para seu consumo e ainda vende o excedente para a rede local", diz Giovanna Carelli, do Núcleo Joinville do EsF.

Um projeto de energia solar também é desenvolvido em Niterói -para aquecimento de água em moradias carentes.

"Muitos problemas têm as chamadas 'soluções de prateleira' -elas estão disponíveis, mas falta vontade política para implementá-las", diz Caroline Faria, vice-presidente do Núcleo Niterói.

Já em Natal, o EsF foi procurado pela Defensoria Pública do Estado para auxiliar moradores de baixa renda na regularização de moradias.

São trâmites judiciais que requerem plantas de levantamento topográfico. "Atendemos mais de 20 famílias desde março de 2016", conta Lucas Adleer, do Núcleo Natal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Neanda Salvaterra | Dow Jones Newswires

Título: Instalação de energias renováveis cresce a um ritmo recorde

A capacidade de geração de energias renováveis cresceu a um ritmo recorde no ano passado, impulsionada por políticas governamentais na Ásia, disse ontem a Agência Internacional de Energia.

O mundo adicionou mais 6% de capacidade de energia renovável em 2016, segundo relatório da AIE, entidade com sede em Paris e que assessora governos no setor energético. O crescimento das renováveis deveu-se principalmente a um aumento da capacidade de geração de energia solar na China.

Pequim adotou políticas pró-renováveis com o objetivo de reduzir a poluição do ar e reduzir sua dependência do petróleo importado. A China também é o maior fabricante de painéis solares.

Fatih Birol, diretor-executivo da AIE, qualificou a alta da energia solar como "um sinal notável", em entrevista coletiva em Londres.

Em todo o mundo, a energia solar cresceu mais que todas as outras fontes renováveis, tendo agregado 74 gigawatts em 2016, ou 50% a mais que no ano anterior.

A China representou a maior parte dos 41% de crescimento das energias renováveis. Os EUA ficaram em segundo lugar, tendo superado a União Europeia e contribuído com 24 gigawatts de energia renovável em 2016 - aumento de 44% em relação ao ano anterior.

Na África Subsaariana, o crescimento das energias renováveis foi impulsionado pela inclusão da energia hidrelétrica.

Os combustíveis fósseis continuam a ser o principal fonte global de geração de eletricidade, mas as energias renováveis estão reduzindo o fosso. A AIE prevê que, em 2022, as renováveis responderão por metade da atual capacidade total de geração a partir do carvão.

No geral, a geração de energia renovável cresceu 7% no ano passado e representou mais de 24% do mix global de eletricidade. O carvão segue sendo a principal fonte. A maior fonte renovável é a hidrelétrica, seguida por eólica, bioenergia, solar e algumas outras.

A AIE prevê que, se as políticas nacionais atuais continuarem em vigor, até 2022 a geração de renováveis superará 8 mil terawatts, o equivalente à geração total de China, Índia e Alemanha. Os dados são muito "importantes e o setor de combustíveis fósseis precisa se dar conta disso", disse Birol.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Rodrigo Rocha | Do Rio e de São Paulo

Título: Statoil entra em geração solar no Brasil

Uma das maiores petroleiras estrangeiras com investimentos no pré-sal brasileiro, a Statoil está entrando também no setor de energia solar do país. A companhia firmou parceria com a compatriota Scatec para desenvolver projetos da tecnologia no Brasil. O objetivo das empresas é crescer por meio de leilões de energia e aquisições de projetos que já possuem contrato de longo prazo de fornecimento de energia.

Esse é o caso do primeiro projeto tocado pelas duas companhias no Brasil, o parque solar de Apodi, de 162 megawatts (MW), no Ceará, cujas obras começarão em breve têm previsão de conclusão em outubro de 2018. O empreendimento exigirá investimentos de US\$ 215 milhões (o equivalente a R\$ 677 milhões), dos quais 65% serão financiados e 35% bancados com recursos próprios dos sócios.

A Statoil desembolsou US\$ 25 milhões pela aquisição de 40% do projeto e investirá outros US\$ 35 milhões na construção. A Scatec também detém 40% do empreendimento. O restante pertence a ApodiPar, um consórcio liderado pela comercializadora Kroma Energia.

"Acreditamos que fontes renováveis rentáveis são importantes para complementar a energia de óleo e gás, por isso estamos investindo muito no setor", afirmou Elin Isaksen, porta-voz da Statoil para a área de soluções de novas energias e marketing. Segundo ela, algo entre 15% e 20% do total de investimentos previstos pela companhia no mundo até 2030 serão destinados para projetos de energias renováveis e tecnologias de baixa emissão de gás carbônico.

Segundo Marcelo Taulois, principal executivo da Scatec no Brasil, todo novo investimento das duas companhias na área de energia solar no Brasil deverá ser feito por meio da joint venture, que ainda não tem nome. Ele explicou que a essência da parceria se dá por duas razões. A primeira é a tendência estratégica de petroleiras dedicarem investimentos em energias renováveis, com objetivo de diversificar sua matriz energética. A segunda é agenda energética favorável do Brasil, que prevê contratar cerca de 7 gigawatts (GW) de capacidade de energia solar até 2024.

"Nós trazemos o 'know-how'. E a Statoil traz uma posição muito firme no Brasil, com capacidade financeira de nos ajudar a desenvolver projetos no Brasil", disse ele.

A Scatec, que iniciou operações em 2008, possui hoje 322 MW de usinas solares em operação, além de um portfólio de 1,8 GW em desenvolvimento, no mundo. No Brasil, o primeiro projeto será o parque de Apodi.

O objetivo da Scatec é atuar em mercados emergentes. "O Brasil entrou na mira da Scatec como uma oportunidade de desenvolver projetos na área de energia solar fotovoltaica de longo prazo por ser um país muito regulado, onde os processos são claros", afirmou Taulois.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: STJ pode acabar com punição para crime de furto de energia

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga hoje processo que pode determinar a extinção da punibilidade para o crime de furto de energia, equiparando-o ao crime tributário. Na prática, se o fraudador de energia pagar a dívida, a eventual punição será extinta automaticamente, sem risco de detenção ou cobrança de multa.

Preocupada com um possível abrandamento da punição, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) se posicionou ontem contrária à extinção do crime.

"Qualquer interpretação da Lei que possa reduzir a efetividade das ações de combate ao furto e fraude de energia elétrica e, indiretamente, abrandar punições aos criminosos, prejudicará a qualidade do serviço público de energia elétrica e, ainda, penalizará injustificadamente os consumidores honestos que serão impactados com o aumento das tarifas. Nossa expectativa é a de que o STJ mantenha posição firme contra os criminosos e, assim, ratifique a legitimidade das ações das concessionárias no combate ao furto e fraude de energia", informou a associação, em nota.

A Abradee destacou ainda que, por lei, o responsável por furto de energia está sujeito a uma pena de reclusão de um a quatro anos, além de multa.

A Light diz que perde R\$ 1,5 bilhão por ano com furtos de energia. Segundo a empresa, "se a punibilidade do furto de energia for extinta, isso poderá trazer sérios prejuízos para toda a sociedade".

"Para a distribuidora, causará um desequilíbrio econômico-financeiro ainda maior do que já causa hoje", diz Luís Henrique de Souza Lopes, superintendente Jurídico da Light. "Para o Estado, um prejuízo elevado pelo não recolhimento de ICMS na conta de luz e, para o cliente honesto, uma conta maior no fim do mês. Se essa decisão prosperar, será o mesmo que legitimar uma prática ilegal."

Outro caso no STJ que preocupa as distribuidoras, conforme antecipado ontem pelo **Valor**, é o julgamento previsto para ser retomado na próxima semana, relativo à regra para efetuação de corte no fornecimento de energia para clientes inadimplentes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: ANP reduz conteúdo local para Petrobras em Libra

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) acatou parcialmente o pedido de perdão pelo não cumprimento dos compromissos de conteúdo local ("waiver") da plataforma de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos. O órgão regulador rejeitou o pleito do consórcio, operado pela Petrobras, de isenção para todo o projeto, mas decidiu conceder o perdão para alguns itens e reduzir as exigências de compra de outros bens e serviços nacionais.

A Petrobras aguarda agora o aval da Justiça para avançar com a contratação da plataforma no exterior. Em março, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região já havia derrubado liminar concedida em favor do Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval) e que suspendia a licitação. A estatal, contudo, ainda está impedida de assinar o contrato.

Pela decisão da ANP, a Petrobras fica isenta de contratar, no Brasil, o casco - um dos itens de maior peso no orçamento da plataforma. A estatal ficou livre ainda para comprar no exterior os tanques, queimadores e turbinas a gás que compõem os sistemas e equipamentos da embarcação.

A agência também reduziu os percentuais mínimos de conteúdo local para uma série de outros itens, dentre eles os serviços de construção e montagem na integração de módulos (que passou de 75% para 48%); vasos de pressão (70% para 44%), válvulas (58% para 35%), bombas (70% para 44%) e sistemas de automação (75% para 19%) e elétrico (70% para 23%). A ANP, contudo, manteve os compromissos mínimos para sete subitens da tabela de conteúdo local do contrato de Libra.

A Petrobras defende que, sem o perdão, Libra é inviável economicamente. A companhia argumenta que a consulta ao mercado nacional resultou em preços 40% acima das expectativas e que o valor da multa contratual pelo não cumprimento das exigências de conteúdo local do projeto pode superar US\$ 630 milhões.

O consórcio de Libra, composto ainda pela Shell (20%), Total (20%), CNOOC (10%) e CNPC (10%), entrou com pedido de perdão total para o projeto, mas a Petrobras já vinha sinalizando que a intenção da companhia era contratar partes dos bens e serviços no Brasil. A estatal chegou a estimar que cerca de 40% dos gastos com a construção da embarcação poderiam ficar no país, com base no histórico da construção das últimas oito plataformas afretadas pela companhia.

A decisão da ANP, no entanto, contrariou alguns elos da cadeia de fornecedores. O vice-presidente do Sinaval, Sérgio Bacci, por exemplo, disse que o perdão parcial é um avanço, mas que a isenção total para a contratação do casco da plataforma e a redução das exigências na integração dos módulos não atendem à demanda dos estaleiros. "Nossa indústria tem condições de entregar a totalidade dos módulos", defendeu Bacci.

Já a diretora jurídica do Estaleiro Atlântico Sul, Nicole Terpins, classificou a decisão da ANP como "regressão inaceitável e desprovida de qualquer fundamento jurídico ou sequer econômico". O EAS argumenta que enviou uma série de informações à ANP comprovando a competitividade do estaleiro na

construção dos cascos e que a empresa nunca foi consultada pela Petrobras durante a licitação.

A indústria de máquinas e equipamentos, representada pela Abimaq, questionou a opção da ANP de estender o perdão para todos os equipamentos que compõem a central de utilidades dos cascos.

"Libra é um projeto gigante, a indústria nacional conta com a demanda desse projeto. Acredito que o assunto acabará sendo judicializado novamente", disse o presidente do conselho de óleo e gás da entidade, Cesar Prata.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Álvaro Campos | De São Paulo

Título: Braskem vai destinar captação para dívida

Na maior captação de sua história, e com o menor custo, a Braskem levantou ontem US\$ 1,75 bilhão em bônus no mercado externo. A maior parte dos recursos, de acordo com o vice-presidente de finanças e relações com investidores da petroquímica, Pedro Freitas, será usada para pré-pagar dívidas de curto e médio prazos, com vencimentos até 2019. Uma parcela menor será usada para investimento, na construção de uma nova fábrica de polipropileno (PP) nos Estados Unidos.

A operação chamou a atenção pelo tamanho, pelo custo avaliado como bastante competitivo e pela rapidez com que chegou ao mercado. A demanda total superou a casa dos US\$ 8 bilhões e foi 8,2 vezes maior que o esperado originalmente pela petroquímica, que era de cerca de US\$ 1 bilhão. Diante disso, a Braskem elevou a captação a US\$ 1,75 bilhão, sendo US\$ 500 milhões no papel de cinco anos, com taxa de retorno (yield) de 3,7%, e US\$ 1,25 bilhão no título de dez anos, a 4,625%.

No total, 360 investidores se candidataram a participar da operação, a maior parte "de alta qualidade e longo prazo", avalia Freitas, muitos com foco em companhias com nota de crédito grau de investimento e alguns que normalmente não alocam recursos em mercados emergentes. "É um selo de que a empresa é de fato global."

Com a inauguração do complexo petroquímico do México, mais da metade da receita passou a ser gerada no mercado externo (considerando as exportações a partir do Brasil). No primeiro semestre, a receita líquida consolidada da empresa, controlada pela Odebrecht e pela Petrobras, chegou a R\$ 24,47

bilhões. Já a dívida líquida ajustada (pelo acordo de leniência) estava em US\$ 5,78 bilhões em junho, equivalente a 1,85 vez o Ebitda.

A Braskem reconhece que ainda pagou um prêmio em relação a outras companhias globais do setor. "Os investidores também perceberam isso", ponderou o executivo. Mesmo assim, o custo foi inferior ao preço dos títulos da companhia negociados no mercado secundário, com um "new issue premium" (NIP) negativo em 10 pontos-base em relação ao que é precificado naquele mercado.

A última vez que a petroquímica acessou os mercados internacionais foi em 2014, quando vendeu US\$ 500 milhões em um bônus de dez anos em fevereiro e depois reabriu a mesma emissão em maio, levantando mais US\$ 250 milhões. Naquela ocasião, o yield na reabertura foi de 6,037%, com spread de 339,8 pontos sobre os Treasuries de mesmo prazo. Agora, esse spread caiu para 229 pontos.

Com a emissão, mais de 70% da dívida da Braskem estará exposta ao mercado de capitais, perfil mais parecido ao de suas pares globais, diante de 57% anteriormente. O prazo médio do endividamento, de pouco mais de 14 anos, chegará a quase 16 anos, e o custo médio cairá de 6% em dólar a 5,5%.

Uma fonte que participou da operação comentou que no roadshow os investidores chegaram a questionar o envolvimento da Braskem na Lava-Jato e rumores de que a Petrobras poderia vender sua participação na empresa, mas diz que o sucesso da captação mostra que isso "é uma página virada".

Esse interlocutor aponta que, assim como outras empresas, a Braskem aproveitou a liquidez global para refinarar dívidas de curto prazo, evitando uma possível volatilidade maior em 2018, com o Federal Reserve apertando as condições de crédito e as eleições presidenciais no Brasil. "Com a internacionalização da empresa, o rating deve melhorar e as taxas de captação devem continuar caindo, mas para que arriscar pegar a volatilidade de 2018 se pode colocar o dinheiro no bolso agora?", diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Eletropaulo e Eletrobras

Eletropaulo e Eletrobras assinaram memorando de entendimento para estabelecer critérios de um processo de mediação que visa negociar um acordo e encerrar uma disputa judicial que existe desde 1988, referente a um empréstimo de 1986 tomado da Eletrobras pela então estatal paulista. Na época, a companhia de São Paulo reunia, além da concessão de distribuição atual, ativos que hoje pertencem à Cteep, EDP São Paulo e EMAE. Separadas e privatizadas, restou a questão sobre quem assumiria a dívida. Enquanto a Eletropaulo insistia que a obrigação era da Cteep, um entendimento da Justiça decidiu que era da distribuidora. De acordo com as notas explicativas do balanço da Eletropaulo do segundo trimestre, no caso de uma decisão judicial desfavorável, ela precisaria pagar R\$ 2,015 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Plínio Nastari

Título: Uma outra eletrificação para a mobilidade

Desde o final do século XIX, foi adotado o motor de combustão interna como solução ambiental e energética para a mobilidade. Quando se popularizou na virada do século, foi saudado como uma grande solução ambiental. Em 1880, mais de 100 mil cavalos supriam as necessidades de transporte na cidade de Nova York, mas geravam, também, graves problemas sanitários e de logística. O mesmo ocorria com as grandes cidades europeias. Era necessária uma grande infraestrutura de transporte e armazenagem para alimentar os animais com feno e grãos. Era gerada uma quantidade enorme de esterco, que atraía moscas e outros insetos, além dos animais mortos nas ruas, retirados ocasionalmente dos logradouros. Em 1880, carcaças de mais de 15 mil cavalos mortos foram retiradas das ruas de Nova York. Mas, não eram apenas equinos: uma grande quantidade de caprinos, suínos e outros animais convivia com os habitantes das cidades.

Passados mais de 120 anos, chegamos à conclusão de que a eficiência termodinâmica do motor de combustão interna é muito baixa - entre 26% e 28%, no caso dos motores do ciclo Otto, e entre 28% e 32%, no caso dos motores do ciclo diesel. O restante da energia é dissipado na forma de calor, daí a necessidade do radiador, da água para refrigeração e do uso de materiais mais resistentes e pesados como o ferro fundido usado nos motores. O tamanho das frotas e a emissão de poluentes, sejam aqueles que são objeto de controle nas zonas urbanas - como o monóxido de carbono, os compostos orgânicos voláteis, os óxidos de nitrogênio, os aldeídos, o chumbo tetraetila e outros - ou aqueles classificados como gases causadores do efeito estufa (GEEs), passaram a vilões da poluição local e do aquecimento global.

Há pouca controvérsia em relação à visão de que caminhamos na direção da eletrificação da frota, visto que esta solução proporciona menor consumo energético, geralmente avaliado em megajoules por quilômetro (MJ/km). Nesse contexto, a eletrificação está geralmente associada ao conceito do carro elétrico a bateria. Esta solução, entretanto, não é simples. As baterias são fabricadas com íons de lítio e com cobalto. Já existe preocupação com a disponibilidade de lítio e cobalto suficientes para suprir toda a demanda que deverá advir da adoção desta tecnologia. O cobalto, atualmente, é extraído apenas no Congo, e alega-se que o é com o uso de trabalho infantil, o que traz preocupações de cunho ético. Depois de fabricadas e utilizadas, as baterias têm uma vida útil limitada a poucos anos e requerem substituição a cada quatro ou cinco anos, a um custo considerável. Quando isso ocorre, existe o efeito ambiental negativo do descarte das baterias.

Pelo critério do ciclo de vida, o carro flex com etanol é menos poluente que o carro a bateria projetado para a UE

Além disso, de nada adianta o carro elétrico a bateria se a eletricidade vier de uma fonte fóssil que emite carbono na atmosfera. O carro pode ter zero emissão na cidade, mas, quando considerado o ciclo de vida completo do produto, se a fonte da energia tiver origem fóssil, o problema do aquecimento global não é resolvido. Há, ainda, o problema da infraestrutura de distribuição. É necessário criar uma infraestrutura para a recarga ou a troca de baterias, com soluções que levem em conta a cobrança da energia a quem a utiliza efetivamente. Num país onde um percentual elevado da eletricidade consumida é realizado de forma clandestina, é difícil imaginar como irá funcionar o controle de abastecimento de uma frota elétrica equipada com baterias.

No entanto, existe uma outra eletrificação possível para a mobilidade, realizada por meio do uso de combustíveis líquidos e com a qual objetivos de controle ambiental são atingidos com aqueles de baixa pegada de carbono. Exemplos dessa solução são os veículos híbridos e os equipados com células a combustível, desde que utilizem combustíveis de baixa pegada de carbono, isto é, os biocombustíveis. Estes veículos já existem e representam uma rota tecnológica superior à eletrificação a bateria.

No caso do Brasil, em particular, já existe, inclusive, uma rede com mais de 41.600 postos de revenda capazes de distribuir etanol de cana, considerado avançado por substituir até 89% das emissões de GEEs geradas por um veículo a gasolina. Etanol é energia solar capturada, armazenada e distribuída de forma eficiente, econômica e segura; é, na verdade, equivalente a hidrogênio capturado, armazenado e distribuído de forma eficiente, econômica e segura.

Ademais, é uma rota tecnológica que gera emprego e renda de forma distribuída. Além de baixo consumo energético e baixa emissão de GEEs, a eletrificação baseada em combustível líquido de baixa pegada de carbono promove desenvolvimento econômico e emprego, o que mais vai faltar no futuro com a automação e a modernização dos processos industriais.

Quando avaliado pelo critério do ciclo de vida, no conceito do poço à roda, e não do tanque à roda, o carro flex utilizando etanol no Brasil é menos poluente do que o carro elétrico a bateria projetado para a União Europeia em 2030 e 2040. A otimização dos motores a combustão interna movidos a etanol - com o uso de tecnologias como a biela variável e a introdução do híbrido flex e da célula a combustível movida a etanol - poderá colocar o Brasil na dianteira global em termos de estratégia integrada nas áreas energética, de desenvolvimento e valorização do setor agroindustrial, atendendo objetivos da política ambiental.

A opção por essa rota tecnológica é uma oportunidade enorme pela vocação agroindustrial e o patrimônio tecnológico que o Brasil desenvolveu nessa área. É a possibilidade de convergirem objetivos das políticas energética, ambiental, industrial e de desenvolvimento econômico em torno de um único projeto.

O programa de revitalização do setor de biocombustíveis, RenovaBio, e o novo Inovar-Auto, batizado de Rota 2030, são irmãos siameses que podem levar o Brasil a um grande protagonismo internacional ao eleger uma solução que atende simultaneamente objetivos nas áreas de energia, meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Plinio Nastari é presidente da Datagro e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética.

MME / ASCOM .